

COMPORTAMENTOS DO ESTADO POR FATORES ENDÓGENOS: DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE PARA ABORDAGENS ESTRUTURALISTAS E GENERALIZANTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STATE BEHAVIOUR BY ENDOGENOUS FACTORS: CONTEMPORARY CHALLENGES FOR STRUCTURAL AND GENERALISING APPROACHES IN INTERNATIONAL RELATIONS

DOI: 10.29327/2293200.14.2-1

Lauro Henrique Gomes Accioly Filho¹

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre²

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Universidade Estadual da Paraíba

João Pessoa – Paraíba - Brasil

Resumo: O artigo analisa o caso do impacto do *Lobby Israel* na formulação da Política Externa dos Estados Unidos, debatendo a nova revolução behaviorista. A pesquisa investiga falhas de teorias restritas a explicar alterações de interesses por fatores estruturais. Desta maneira, conclui-se que analisar fenômenos complexos por uma única lente, limitada a certos elementos, restringe e afeta a compreensão sobre o comportamento dos Estados na contemporaneidade.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais. Behaviorismo. Política Externa dos Estados Unidos. Construtivismo.

Abstract: The article evaluates the case of the impact of the Israel Lobby on the formulation of US Foreign Policy, debating the new behaviorist revolution. The research investigates failures of theories limited to explain changes of interest by structural factors. Hence, it is concluded that to analyse complex phenomena through a single lens, limited to certain elements, restricts and affects the understanding of the States' behaviour in contemporary times.

Key-words: International Relations Theory. Behaviorism. US Foreign Policy. Constructivism.

Recebido: 01/08/2023

Aprovado: 11/09/2023

Introdução

A disciplina de Relações Internacionais se estabelece por estudiosos que, em determinadas proporções, selecionavam, inevitavelmente, as características que consideravam importantes para formular suas teorias. De tal maneira, as correntes mais clássicas estiveram limitadas por um espaço geográfico e por um contexto pouco mutável, revelando, assim, que uma abordagem explicativa não pode estar fora do domínio do tempo (Stuch & Elias, 2007).

¹ henriqueacciolygf@gmail.com

Orcid: 0000-0002-1294-9366

²fabio.f.nobre@servidor.uepb.edu.br

Orcid: 0000-0002-2905-0541

Prontamente, o contexto internacional pode ser compreendido e estudado por uma variedade de lentes, com cada uma produzindo afirmações diferentes do que seja a realidade da política internacional (Cravinho, 2006). Porém, a problemática maior reside na dependência da antropomorfização do Estado, que não somente enquadra o Estado como único ator de importância na disciplina, como também projeta uma generalização equivocada de um contexto historicamente específico da época em que as nações entraram em guerra umas com as outras, tornando a visão das relações internacionais limitada as artérias formais do Estado (Prichard, 2012).

Por sua vez, a maioria das lentes teóricas de Relações Internacionais ficaram concentradas em análises macro da política internacional. Todavia, esta configuração sofreu alteração com a nova revolução do movimento behaviorista e sua ênfase na micropolítica, ao afirmarem que o resultado de um estudo sofrerá efeitos a partir do nível de análise que se escolhe, por conseguinte, dando um brando realce aos processos endógenos que o Estado se condiciona para poder agir no cenário internacional (Hafner-Burton et al., 2017).

A partir das considerações feitas, o artigo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Como as teorias generalizantes tendem a ter seu poder explicativo reduzido nas relações internacionais contemporâneas?** Para elucidar a questão, optou-se pela utilização de uma revisão de literatura aplicada à um Estudo de Caso a fim de apresentar que equívocos a literatura apresenta em relação às postulações das correntes clássicas até as contemporâneas, evidenciando por que debates volumosos são fomentados e ponderações significativas são costuradas nesse ínterim, como forma de aprimorar os estudos das relações internacionais.

O estudo de caso, segundo (Sátyro & D'Albuquerque, 2020) e (Gerring, 2004), é uma estratégia de pesquisa que realiza um estudo intensivo de um caso a fim de compreender uma classe maior de casos. Seu propósito é desvendar os processos e mecanismos significativos dos fenômenos sociais selecionados, os quais são separados de um grande conjunto de fatores e processos secundários, a fim de realizar uma análise particular para compreender um fenômeno complexo.

Prontamente, a estrutura metodológica do Estudo de caso é de grande valia aos objetivos do artigo, já que tal modelo metodológico pode ser desenhado a testar proposições explicativas. Neste caso, o fenômeno seria comportamento dos Estados no cenário

Internacional, com objetivo de averiguar sua capacidade de explicação dedutivamente com a coleta de implicações observáveis factuais (Sátyro & D’Albuquerque, 2020).

Em vista disso, foi escolhido o impacto do *Lobby Israel* agindo internamente na formulação de Política Externa dos Estados Unidos, a ponto de desviar a postura de comportamento esperada por abordagens que seguem o modelo de escolha racional, como ocorre com as abordagens neorrealistas e neoliberais do campo de estudo das Relações Internacionais.

Desta maneira, a escolha deste caso se dá em razão da expansão da China no Oriente Médio, trazendo diversificação de parcerias com alguns países eixos desta região, o que faz questionar a postura dos Estados Unidos de manter preferência de relações estreitas com Israel quando poderia seguir uma linha mais moderada de favoritismo.

Isto posto, o artigo se divide da seguinte maneira: a primeira seção realizará uma revisão de literatura contundente e sintética a respeito dos principais debates que norteiam a disciplina, posteriormente será tecida a discussão sobre o behaviorismo e sua abertura para reformulações que torna tal movimento epistemológico adaptável a diversos propósitos de pesquisa.

E, por último, o Estudo de Caso sendo aplicado sobre o comportamento dos Estados Unidos está moldado mais por fatores endógenos do que exógenos, pois mesmo com indícios de países de alta capacidade bélica (Arábia Saudita e Emirados Árabe) buscarem diversificar suas relações com a China, nota-se que a preocupação é baixa com tais riscos, porém, difere quando se refere à Israel.

Desta maneira, reside uma ênfase no papel do Lobby de Israel agindo internamente na política externa dos Estados Unidos e acinzentando fatores exógenos ou estruturalistas que explicam o comportamento do Estado.

Porquanto, a pesquisa sinaliza que as abordagens generalizantes das Relações Internacionais enfrentam grandes desafios para explicar alguns fenômenos recorrentes da atualidade contemporânea. Não à toa, muitas escolas tradicionais do pensamento mais antigo da disciplina, como o Realismo, têm feito alterações significativas para atender essas mudanças, como faz o Realismo Subalterno e Periférico, assim como novas abordagens que surgem na nova revolução behaviorista.

1. A disciplina de Relações Internacionais a partir de debates

A disciplina de Relações Internacionais é norteada por debates que surgem diante da fundação do seu campo de estudo, por conseguinte, conforme destacam (Stuch & Elias, 2007), apesar da recorrente associação da disciplina como o estudo das relações entre as nações, há outros elementos que compõem a disciplina, especialmente com as transformações do mundo na contemporaneidade.

Sendo assim, trata-se de uma disciplina que desdobra esforços para investigar uma área complexa e multidisciplinar. É um campo de estudo constituído por um pano de fundo cujos dramas da política mundial acontecem.

Esta formação se dá a partir de grandes debates, pintando, a cada momento da história mundial, novos quadros que refletem elementos distintos, logo, cenas diferenciadas. Assim, produzir um quadro de referência com esses debates que traduzem vários diálogos acadêmicos favorece a explanação da disciplina e seus objetivos que se modificam no decorrer do tempo.

De acordo com Cravinho (2006), o marco inicial é o Estado Moderno, que simboliza a descentralização do poder no continente europeu com a ordem westfaliana, trazendo consigo um fomento ao estatocentrismo, pois nasce a soberania Estatal que o define como ator das relações internacionais, por representar a vontade de todos aqueles que integraram coesamente para se submeterem a sua existência, o que juridicamente lhe autêntica como único ente legítimo para uso da força. Prontamente, este recorte promove o abordado como o Primeiro Debate, inaugurando a formação dos estudos da disciplina de RI.

O primeiro debate nasce das postulações de Carr (2001), questionando aqueles que ele interpela como idealistas, pois, na sua concepção, a prática deve elaborar a teoria, não o contrário. É um debate que constrói reflexões ontológicas acerca da disputa entre as duas escolas tradicionais (liberalismo e realismo) para lidar com um mesmo problema: o conflito internacional (a guerra).

De acordo com Carr (2001), os idealistas acreditam na possibilidade de rejeitar a realidade e substituí-la, portanto, tornam a teoria política normativa. Por outro lado, ele e os demais realistas encaram a teoria política como uma codificação da prática política.

A critério de exemplo, Carr (2001) expõe que a Declaração de Independência dos EUA é um tipo de proposição mais optativa do que imperativa, pois ao passo que afirma “todos os

homens são criados iguais”, sabe-se que esta afirmação não é aplicada assertivamente, o que, por seu turno, revela que estas proposições são itens de um programa político disfarçado que escondem os fatos da política, ou seja, são meras aspirações utópicas.

Neste aspecto, a escola de pensamento liberal das Relações Internacionais se constrói em uma perspectiva de sociabilidade da esfera internacional, haja vista que, segundo Kant (1989), quando o homem age racionalmente, ele se torna capaz de preferir o não uso da força, o que apresenta a intensa crença na racionalidade universal dos seres humanos à escolha de cursos racionais de ação ao invés de preferir lidar com as divergências por meio da guerra. Por isso, a anarquia não é um impeditivo, embora tenha efeitos negativos na construção da confiança, instituições abrem caminhos como soluções (tratados, regimes, organizações etc) para que o conflito não seja uma escolha preferível.

Similarmente, Angell (2002) vai defender que a preferência por cooperação é mais vantajosa aos interesses atrelados ao desenvolvimento econômico e comercial, revelando que na guerra todos são perdedores. Deste modo, por uma racionalidade, é preferível escolher a cooperação do que a guerra.

Por outro lado, o segundo debate traz uma discussão concreta sobre a melhor forma de se engajar em uma ciência da política internacional, produzindo um debate epistemológico cuja divisão se deu entre dois movimentos. Todavia, o foco ainda era o espectro macro (o sistema internacional) e o comportamentos dos Estados. Porquanto, segundo Cravinho (2006), o contexto internacional pode ser compreendido e estudado por uma variedade de lentes. Todavia, cada forma produzirá uma sugestão diferente do que seja a realidade da política internacional.

Para Morgenthau (2003), a política internacional acontece em uma conjuntura anárquica, cujos Estados utilizam quaisquer meios à sua disposição a fim de prover seus interesses, o que põe em consideração que os Estados vivenciam uma condição de autoajuda. Não há uma desordem generalizada, mas a ausência de um ente como o leviatã que possa impor a ordem.

A elaboração da imagem de anarquia, contudo, traz uma problemática, qual seja, sua dependência à antropomorfização do Estado, produzindo uma abstração generalizante do comportamento do Estado a partir da concepção de situação do ser humano racional nas

circunstâncias do estado natural. Além disso, enquadra o Estado como único ator de importância na disciplina (Cravinho, 2006).

Não à toa, Prichard (2012), ao revisitar grandes estudiosos do pensamento anarquista, enfatiza que a política internacional não é necessariamente mediada pelas artérias formais do Estado, mas, devido a uma generalização equivocada de um contexto historicamente específico da época em que as nações entraram em guerra umas com as outras, cujo nacionalismo justificou relações sociais históricas particulares, e, assim, a visão das relações internacionais ficou limitada.

O cenário de globalização, todavia, apresenta uma nova leitura do sistema internacional, cuja sociedade global se torna plana e visualiza ações em nível local com impacto global cada vez mais recorrente. A confluência do global e do local, por sua vez, abriu espaço para o conceito sublinhado por Prichard (2012) de *glocal*, em que a política internacional acontece no âmbito da vida cotidiana. E, por conseguinte, permite encarar a sociedade global composta de grupos porosos e interconectados, não somente dividida entre níveis povoados por apenas um tipo de grupo: os governos (Estados).

Ou seja, nota-se que as teorias clássicas, como as que advém posteriormente no debate interparadigmático, se concentram em análises macro da política internacional. Todavia, esta configuração sofre alteração com a nova revolução do movimento behaviorista e sua ênfase na micropolítica mostra o contrário, conforme será exposto na seção seguinte.

Vale ressaltar que a mesma crítica acontece quando os fenômenos transnacionais que fugiam do controle dos Estados assumiram maior protagonismo na disciplina de RI, relativizando, de tal maneira, a posição dos Estados no sistema internacional. Isto, por sua vez, permitiu que alguns estudiosos pudessem dar uma atenção às intervenções de outros atores que podem condicionar o comportamento dos próprios Estados, não somente a condição anárquica.

Neste aspecto, conforme destacado por Hafner-Burton et al. (2017), o resultado de um estudo sofrerá efeitos a partir do nível de análise que se escolhe, por conseguinte, as opções metodológicas não são meramente técnicas.

Não à toa, a contemporaneidade traz estudos que versam análises sobre processos de tomada de decisão dentro dos Estados, recusando a distinção dualista e simplista entre o externo e o interno, o que reduz o poder explicativo sobre interesses, preferências e

comportamento dos Estados ocasionando, dessa forma, uma baixa eficácia das correntes generalizantes, presas as análises macro, de compreender comportamentos de Estados que agem diferentemente do que se previa.

2. O behaviorismo e a micropolítica: A importância das variáveis internas

Um dos principais problemas que as abordagens generalistas trazem ao campo científico advém de seu equívoco de não encarar a ciência como produto da sociedade. Conforme destaca Rosa (2006), o construtivismo foi cirúrgico ao dissecar a imagem intransigente da ciência para uma abstração mais geral de uma parte da realidade, visto que a realidade é opaca. E, com intuito de descrever uma parte dela, a ciência busca delimitar um sistema que a compõe e traduz a possibilidade de ver sistemas diferentes em uma mesma parcela da realidade.

Essa crítica permaneceu intensa no campo de estudo das Relações Internacionais, devido às densas afirmações da imutabilidade do sistema internacional enquanto anárquico, sendo, conforme explica Prichard (2012), o que gera um grande obstáculo para conseguir usar o conhecimento de maneira prática, pois o domínio que as concepções comuns de anarquia nas relações internacionais exercem sobre a imaginação política é um desafio para esta finalidade.

Desta maneira, conforme sublinham King, Keohane e Verba (1994), o rigor metodológico exige um compromisso da ciência em assumir que a certeza é inatingível. Porém, há como conquistar certa confiabilidade, validade, certeza e honestidade de conclusões que fazem jus às regras de inferência científica. Porquanto, as produções científicas fomentam um pensamento disciplinado, não um dogma, principalmente na área das ciências sociais, em que é imprescindível pontuar que o mundo social sofre alterações, logo, há um dinamismo das variáveis.

Mesmo que seja indicado, contudo, buscar generalizações - simplificar a realidade para compreendê-la assertivamente - quer dizer que sempre haverá implicações observáveis entre os fenômenos que podem ser avaliados em um mesmo modelo. Portanto, cabe frisar que uma teoria da ciência social realiza especulação com fundamentos em relação a resposta de uma questão de pesquisa (King, Keohane & Verba, 1994). Por exemplo, no período inaugural, em que a disciplina de RI buscava compreender a guerra e como evitá-la, havia dois polos

discordantes sobre a mesma realidade, todavia, ambos buscavam soluções para tal complexidade.

Neste aspecto, a multiplicidade científica é uma grande aliada do behaviorismo, já que há uma heterogeneidade das possibilidades de pesquisas dentro do campo behaviorista. Conforme sublinha Hafner-Burton et al. (2017), os processos de tomada de decisão como fator de explicação do comportamento dos Estados podem surgir de diversos elementos, desde fatores psicológicos a comportamentais, entre outros aspectos como assimetrias de informações, por exemplo.

Esta conjuntura se tornou favorável, ainda mais quando as causas da Guerra do Iraque desnudaram que outros elementos, como crenças, que podem influenciar na tomada de decisão e, por conseguinte, gerar comportamentos imprevisíveis aos Estados.

Isto posto, o poder explicativo dos novos modelos psicológicos da escolha racional dos Estados aborda com mais precisão o porquê das administrações Clinton e Bush não diferirem substancialmente em seus acessos as informações sobre o Iraque – se estavam se armando militarmente - porém, possuíam funcionários e, até mesmo, os próprios líderes visualizavam o mundo e seu funcionamento de formas distintas. Portanto, estes aspectos podem surtir efeitos profundos na conduta e comportamento dos Estados Unidos, enquanto um Estado (ator) das relações internacionais (Hafner-Burton et al., 2017)

Além disso, cabe destacar que lacunas podem surgir no campo científico, pois a ciência não é estática, e sim, dinâmica. Um exemplo desse aspecto na disciplina de Relações Internacionais é o nascimento das novas perspectivas realistas, o realismo subalterno por Ayoob (2002) e periférico por Schenoni e Escudé (2016), buscando adaptar as premissas realistas a novos espaços geográficos das potências médias.

Isso, por seu turno, revela que algumas abordagens críticas precipitam suas considerações aos equívocos das abordagens *Neo-Neo*. Conforme Hobson e Lawson (2008) abordam, não há teoria a-histórica, mas usos de métodos de análises históricas distintos e com propósitos diversificados. Porém, estes acabam por produzir complicações com a generalização do modelo de ator racional provido no debate neo-neo, cujos interesses dos atores são apresentados como predeterminados e universais ao longo do tempo e do lugar.

Logo, trabalhar esses métodos, como o de análise “histórica sem historicismo”, da qual postula condições à um escopo abstrato - preenchendo especificações gerais das

condições que podem existir em tempos e lugares distintos – acaba por resultar em proposições universalistas aplicáveis ao longo do tempo e do espaço.

Com o realce dos construtivistas que se estabelecessem contra tal proposta, ao passo que grifam esse tipo de macro história que a teoria neorrealista e neoliberal das RI institucionalista, e produzem um estrangulamento de outras narrativas e contextualizações, pode-se observar, contudo, o quão prejudicial o método histórico pode ser à disciplina (Hobson e Lawson, 2008)

Portanto, este cenário revela que há diversas “verdades”. Mas, pelo sistema de poder-saber, somente algumas são validadas e aceitas e, por tais razões, o construtivismo busca tornar explícitos o que muitos teóricos tornam implícitos.

Abordado por Adler (1999), a forma que negligenciam a abordagem construtivista, ao enquadrá-la como mera metodologia interpretativista, em contraponto à racionalista, faz com quem muitos elementos de pesquisa sejam perdidos, como a importância de fatores sócio-cognitivos, que podem explicar o comportamento dos Estados, evitando restringir que somente forças externas sejam fatores de explicação das realidades da política internacional. Por exemplo, neorrealistas como Waltz (2002) e Mearsheimer (2014), vão persistir que o que condiciona o comportamento dos Estados é a estrutura anárquica do sistema internacional, cuja estrutura pode ser lida conforme o Quadro 1 abaixo.:

Quadro 1: Princípios ordenadores neorrealistas.

Princípio ordenador	Características das unidades	Distribuição de capacidades
Anárquico	<i>Self-help</i> (maximizar poder)	Unipolar, Multipolar e Bipolar

Fonte: Elaboração dos autores

Fica, contudo, dúvida a postura neorrealista de Mearsheimer e Walt (2006), quando escrevem sobre o *Lobby* de Israel ser capaz de desviar e alterar o interesse nacional dos Estados Unidos para sua estratégia geopolítica no Oriente Médio, condicionado um comportamento de apoio diplomático e material inarredável à Israel. Sendo esta variável um elemento interno do Estado que modifica seu comportamento, como poderia este evento ser explicado pela premissa neorrealista de condicionalidade da estrutura?

À vista disso, desvaliar a importância de motivações e intenções dos Estados a partir de fatores endógenos não parece ser um caminho frutífero para ampliar o escopo de análises

da disciplina, mas persistir na busca pela compreensão da causalidade - um dos propósitos da abordagem construtivista, é o que pode vir a ser o adequado.

Além disso, é o que capacita as lentes teóricas em aprimorar as previsões sobre o comportamento dos Estados, não devendo ser lida como determinística, mas resultante de alguns fatores intersubjetivos, como processos sociocognitivos de formação de interesses que não se limita a significar interesses coletivos de um grupo de pessoas, nem de ser o interesse de um único indivíduo dominante. Ela conduz a possibilidade de prover “estudo empírico das condições que fazem uma concepção intersubjetiva particular de interesse prevalecer sobre outras” (Adler, 1999, p.225).

Portanto, trabalhar análises sobre como a tomada de decisão pode afetar os resultados políticos e modificar o comportamento dos Estados nas relações internacionais é um caminho promissor, ainda mais quando engloba outros elementos além dos tradicionais da “escolha racional”, que são modelos que trabalham com probabilidades estritas, o que inaugurou a revolução comportamental, acrescentando o elemento da cognição como vetor explicativo da variação de crenças e preferências alterarem a escolha padrão e os problemas estratégicos (Hafner-Burton et al., 2017).

Com presteza, o ponto de variação de crenças e preferências, uma das críticas construtivistas mais contundentes ao modelo de escolha racional dos neoliberais, de explicar os interesses dos Estados enquanto movidos por fatores exógenos e não endógenos, dando, de tal modo, mais aptidão explicativa a abordagem construtivista (Adler, 1999).

Por exemplo, segundo Keohane e Nye (2012), é a estrutura de interdependência complexa que afeta a política mundial e, conseqüentemente, o comportamento dos Estados, não são fatores endógenos em si. Por cúmulo, estão presos a observar alguns fenômenos por fatores exógenos, embora enfatizem que a distinção entre local e internacional seja difícil de ser realizada, assim como ao destacar que interdependência complexa não se traduz em interconectividade. No entanto, esta proposta teórica ainda se prende a elementos como vulnerabilidade e sensibilidade dos Estados para com uma estrutura específica da qual eles nomeiam as possibilidades de poder pela persuasão ao invés do uso da força bélica.

Como será exibido na seção que procede, pouca capacidade analítica tem para explicar como elementos internos de um Estado podem afetar, contudo, os cálculos estratégicos da política internacional de um país. Logo, conforme os autores supracitados indicam, os

cálculos de poder são ainda mais delicados e enganosos na contemporaneidade, porém, estes não podem ser evitados enquanto persistirem numa análise macro da política internacional.

3. Aplicando o Estudo de Caso: Por que Israel não é ameaça aos Estados Unidos?

De acordo com o relatório anual de 2022 do *The Military Balance*, a instabilidade em Gaza persistiu mesmo após a transição da administração Trump à Biden e da mudança histórica do Primeiro-Ministro israelense após 12 anos sem alternância, com o ingresso de Benjamin Netanyahu.

Isto, segundo alguns analistas do próprio relatório, poderia afirmar que há uma preocupação dos Estados Unidos de uma possível aproximação de Pequim com possíveis licitações para projetos de infraestrutura em solo israelense, o que resultou em uma postura notória da administração Biden em transferir a responsabilidade de contatos militares com Israel do Comando Europeu dos EUA (EUCOM) para o Comando Central (CENTCOM), cujo procedimento é temido internamente por alguns, já que pode causar efeito negativo em suas relações com os países árabes (Hackett, 2022).

Logo, tendo como norte o dilema de segurança cunhado por Herz (2003), cuja premissa realista reside em um Estado estando à procura de desenvolver seu poderio bélico, mesmo que seja para fins defensivos, provoca nos demais Estados, especialmente os ao seu entorno, uma sensação de insegurança que os leva a adotar uma postura competitiva de aquisição de armas, cujo efeito será um processo cíclico de insegurança.

Será percebido, no entanto, que pensar este dilema se torna limitante ao caso específico de Israel, cujos cálculos de vantagens e desvantagens para uma aliança “inarredável” não consegue ser explicada estruturalmente segundo a ótica neorrealista.

Por exemplo, de acordo com o relatório supracitado do *The Military Balance*, os Estados que mais gastam com Defesa são Arábia Saudita, com 27,2%, Emirados Árabes, com 14,6%, e Israel, com 13,8%. O mesmo afirma que os Estados Unidos são o principal parceiro de defesa de Israel, bem como sua fonte significativa de financiamento. Por outro lado, a Arábia Saudita é o que mais demonstra avanço na aquisição de poderio bélico, cuja participação no conflito do Iêmen acentua a exposição da sua necessidade à recapitalização de equipamento, por conseguinte, induzido o Estado a diversificar suas relações (Hackett, 2022).

Já em relação aos Emirados Árabes, nota-se que o Estado vêm diversificando suas relações com a China, Índia e Japão, apesar dos EUA continuarem sendo o principal parceiro de defesa extra-regional do país (Hackett, 2022). Todavia, a ponderação de preocupação quanto à diversificação das relações para com a China é diferente, quando comparados os três países. Não há, por sua vez, um choque tão intenso quanto à Arábia Saudita e aos Emirados Árabes em buscar a China para diversificarem suas relações, porém, há com Israel.

Neste aspecto, referenciadas as capacidades militares dos três países destacados, como os Estados Unidos ainda não subestimam a diversificação de alianças militares dos Emirados Árabes e da Arábia Saudita com a China, tendo em vista sua sobreposição de capacidades militares em relação a Israel?

Ora, uma vez que o cerne da questão realista é claro, quanto ao Dilema de Segurança refletir na lógica em que somente um Estado poderoso militarmente poderá sobreviver no sistema internacional anárquico, o poder explicativo neorrealista da preferência dos Estados Unidos em fidelizar aliança com Israel e torná-la exclusiva não se explica pela distribuição de capacidades, nem tão pouco por outros elementos chaves de sua premissa central.

Para isto, o Estudo de Caso se propõe a preencher lacunas como estas que surgem no processo de análise, contribuindo com a nova revolução behaviorista acrescida pelo avanço da abordagem construtivista na compreensão de outros modelos além daqueles da escolha racional das Teorias dos Jogos (Hafner-Burton et al., 2017), que, no exemplo supracitado, fomentou as proposições neorrealistas.

De acordo com Hafner-Burton et al. (2017), alguns modelos analíticos psicológicos permitem atribuir preferências, crenças e tomada de decisão fora do padrão direto dos Estados, em que podem ser objeto de análise as preferências subjacentes dos cidadãos e dos grupos de interesse enquanto condutores da política, cujas instituições (Estados) atuam como “caixas registradoras” que simplesmente somam o vetor desses interesses.

Por sua vez, este enquadramento realça alguns preceitos de Prichard (2012) quanto à limitação das lentes teóricas de Relações Internacionais se prenderem ao Estado monolítico, o que não acontece com Lake (2009), ao apresentar que grupos de interesses se destacam no resultado de uma tomada de decisão, à medida que explora o processo de agregação, cujos processos políticos se encontram em uma “caixa” em que são modelados e posteriormente são tratados como insumos aos processos políticos numa segunda “caixa”.

O dito acima revela a importância de compreender a dinâmica específica de um país internamente, para depois observar os aspectos exógenos da política internacional que interferem na tomada de decisão, quando notado que é uma tomada de decisão coletiva.

Não à toa, conforme Pereira (2020) sublinha na sua Tese, a respeito das relações entre os Estados Unidos e Arábia Saudita, mesmo após administração Trump, recuperando o estreitamento de laços com os sauditas, após pontos de tensão na administração Obama, com a implantação do ato *Justice Against Sponsors of Terrorism Act*, que significou uma aproximação ao Irã, ao passo que obrigou o regime saudita de fechar organizações que lucrassem com grupos terroristas.

O interesse pela manutenção de relação estrita com o país é diferente com o caso de Israel, porque os Estados Unidos conseguem diminuir sua dependência do petróleo saudita, ao mesmo tempo em que a opinião pública se cansa do envolvimento estadunidense nos conflitos desta região, ocasionando um apelo ao corte de financiamento e apoio à Força Aérea saudita (Pereira, 2020).

Assim, destacado por Siddiqui (2020), alternância de administração do Estado exerce impacto considerável nas decisões estratégicas, mesmo que as informações sobre os outros permaneça a mesma, pois as crenças que certas administrações possuem sobre o “outro” gera um efeito substancial nessas decisões, o que pode ser notado com o caso da Arábia Saudita, mas não com Israel.

Neste aspecto, pode-se notar que o ponto central seria o que segue: a opinião pública seria um vetor tão forte quanto o de um grupo de interesse influente como o *Lobby* Israel? De acordo com Pereira (2020), por exemplo, as relações entre estadunidenses e sauditas dependem da administração que se encontra em vigor nos Estados Unidos. Já, segundo Mearsheimer e Walt (2006), as relações entre Estados Unidos e Israel estão longe de serem frágeis ou vulneráveis a tal condicionamento, até porque sua estrutura se dá mesmo sem nenhum acordo que cimente a relação.

Não obstante, prospectando que a Arábia Saudita busque diversificar suas relações e tenha uma aliança mais ponderada com a China, como poderá ficar o equilíbrio de poder no Oriente Médio para os Estados Unidos visto que os sauditas possuem uma capacidade militar mais significativa e menos dependente dos EUA?

Pontuado o questionamento, segundo Siddiqui (2020), tal caso pode levar ao que os novos estudos do movimento behaviorista grifam como percepção errônea e o excesso de confiança, quando atores e/ou grupos específicos recorrem a escolhas políticas familiares e tomam ações como base em uma crença que mitiga os movimentos estrategicamente racionais. Isto, por seu lado, indica o quão prejudicial o Lobby de Israel pode ser para os Estados Unidos em sua formulação de política externa no Oriente Médio, dificultando-lhe a garantir um controle maior da região sem se concentrar em uma única aliança, ainda mais, de forma estrita.

À vista disso, uma ênfase recai sobre o nacionalismo ou apelos indentityários de grupos específicos já que ações podem ser fomentadas mais por preocupações com o bem-estar daqueles com quem compartilham uma identidade comum, sendo distinto daquele deduzido da agregação de interesses individuais pautadas em capacidade e retorno destas colaborações (Hafner-Burton et al., 2017).

Conclusão

A partir das considerações obtidas, o artigo aponta que a restrição de algumas lentes teóricas de Relações Internacionais limita a capacidade de leitura analítica dos fenômenos que poderiam ser interpretados de modo mais assertivo por analistas, acadêmicos, até mesmo pelos próprios tomadores de decisão.

Primeiro, porque analisar capacidades não é suficiente para entender as preferências, logo, o comportamento de Estados em regiões específicas, conforme visto no caso entre Estados Unidos e Israel, visto que embora os estadunidenses estejam aquém das diversificações de relações de Estados potencialmente (em termos de capacidade bélica) poderosos na região, sua preferência com Israel se dá mais por motivos internos de sua política do que externos, julgado por muitos teóricos como razão primária de definição do comportamento dos Estados.

Por conseguinte, o artigo também ilustra que a participação do *Lobby* de Israel na formação de política externa dos Estados Unidos, em certa medida, pode-lhe causar alguns equívocos de cálculos à medida que permitem uma maior diversificação de potências bélicas como Arábia Saudita e os Emirados Árabes com a China. Sendo assim, este caso expõe vários elementos que precisam de um requinte, além de suscitar reflexões importantes sobre quem

define o comportamento do Estado e se ele é pautado apenas por dois predicativos, sendo eles “altruísta” ou “egoísta”.

Nos auspícios das considerações, põe-se que, a depender dos fenômenos estudados, fatores exógenos não bastam para explicar a política internacional em espaços geográficos específicos, nem mesmo elementos abstratos como a natureza humana limitada por predicativos antagônicos. Contudo, processos sociopolíticos, sociocognitivos, entre outros, que ocorrem dentro de um Estado, podem ser uma solução mais assertiva para se analisar e buscar explicações satisfatórias do porquê destes comportamentos que fogem da curva de abordagens generalizantes, o que reduz a capacidade explicativa destas lentes.

Referências

- ADLER, Emanuel. (1999). O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 1 (47): 201-246. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451999000200011>.
- ANGELL, Norman. (ed.). (2002). **A Grande Ilusão**. Brasília: Editora Universal de Brasília.
- AYOOB, Mohammed. (2002). Inequality and theorizing in international relations: the case of subaltern realism. **International Studies Review**, 4 (3): 27-48. <http://dx.doi.org/10.1111/1521-9488.00263>.
- CARR, Edward H. (ed.). (2001). **Vinte anos de crise, 1919-1939**. Brasília: Editora Universal de Brasília.
- CRAVINHO, João G. (ed.). (2006). **Visões do Mundo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GERRING, John. (2004). What is a case study and what is it good for? **American Political Science Review**, 98 (2): 341-354. <http://dx.doi.org/10.1017/S0003055404001182>.
- HACKETT, James. (ed.). (2022). **The military balance 2022**. Routledge: The International Institute for Strategic Studies, v. 1, n. 1, 320-328.
- HAFNER-BURTON, Emilie M., et al. (2017). The behavioral revolution and international relations. *International Organization*, 71 (1): 1-31. <http://dx.doi.org/10.1017/S0020818316000400>.
- HERZ, John H. (2003). The security dilemma in international relations: background and present problems. *International Relations*, 17 (4): 411-416. <http://dx.doi.org/10.1177/0047117803174001>.
- HOBSON, John M.; LAWSON, George. (2008). What is history in international relations? **Millennium**, 37 (2): 415-435. <http://dx.doi.org/10.1177/0305829808097648>.
- KANT, Immanuel. (ed.). (1989). **A paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. (ed.). (2012). **Power and Interdependence**. USA: Longman.

- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. (ed.). (1994). **Designing Social Inquiry**. Princeton: Princeton University Press.
- LAKE, David A. (2009). Open economy politics: a critical review. **Review of International Organization**, 4 (1): 219-244. <http://dx.doi.org/10.1007/s11558-009-9060-y>.
- MEARSHEIMER, John J. (2014). **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & Company.
- MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen. (2006). The Israel Lobby. **London Review of Books**, 28 (6): 3-12.
- MORGENTHAU, Hans. (ed.). (2003). **A política entre as Nações**. Brasília: Editora Universal de Brasília.
- PEREIRA, Marta R. F. (2020). **De Washington DC a Telavive a Riade: as relações entre os Estados Unidos da América, Arábia Saudita e Israel**. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Orientador: Prof. Dr. Marco Lisi).
- PRICHARD, Alex. (2012). Anarchy, anarchism and international relations. In KINNA, Ruth. (ed.). **The Continuum Companion to Anarchism**. New York: Bloomsbury Publishing.
- ROSA, Luiz P. (2006). **Tecnociências e humanidades: novos paradigmas, velhas questões**. São Paulo: Paz e Terra.
- SÁTYRO, Natália G.; D'ALBUQUERQUE, Raquel W. (2020) O que é um estudo de caso e quais as suas potencialidades. **Sociedade e Cultura**, 23 (1): 1-33.
- SCHENONI, Luis; ESCUDÉ, Carlos. (2016). Peripheral realism revisited. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 59 (1): 1-18. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201600102>.
- SIDDIQUI, Ismail. (2020). A behavioural approach to international relations: the case of China. **Social Science Research Network**, 1 (1): 1-5. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3697798>.
- STUCH, Peter; ELIAS, Juanita. (2007). **The Nature of International Relations**. London: Taylor & Francis Groups.
- WALTZ, Kenneth. (ed.). (2002). **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva.